

## A (DES)ORDEM NO SERTÃO: VIOLÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS\*

---

REGINA CRISPIM\*\*

ROGÉRIO SANTANA\*\*\*

---

### RESUMO

Este artigo analisa dois episódios do romance *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa: o julgamento de Zé Bebelo e o pacto feito por Riobaldo. No primeiro, examina-se a peculiar organização da sociedade formada no sertão pelos coronéis e jagunços; no segundo, amplia-se a noção de pacto para além do simbólico trato com o diabo, mostrando seus desdobramentos como estratégias de sobrevivência num meio em que a aparente desordem se revela a essência de uma ordem forjada e mantida pela violência.

PALAVRAS-CHAVE: sertão, violência, pacto, sobrevivência.

---

Durante todo o tempo no qual o narrador de *Grande sertão: veredas* transforma em estória as memórias de sua vida de jagunço, vai se desvendando, gradativamente, a verdadeira motivação de sua falação: o desejo de negar existência ao diabo e, conseqüentemente, ver-se livre do medo de ter com ele feito um acordo, dando-lhe a alma como garantia. A partir desse pressuposto, estabelecemos dois objetivos neste artigo: trazer à tona as causas que levaram Riobaldo a buscar no diabo um aliado; e apreender a noção integral de pacto que perpassa toda a estória, desde o simbólico trato com o demo até o acordo que une os coronéis, os jagunços e o sertão, fechando-os na defesa de seus valores mais essenciais.

---

\* Este artigo é resultado de uma conferência apresentada no III Seminário Leitura de Narrativas, realizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás em 9 de outubro de 2008.

\*\* Bolsista do CNPq. Doutoranda em Estudos Literários na Universidade Federal de Goiás.  
E-mail: reginamscrispim@gmail.com

\*\*\* Professor da Universidade Federal de Goiás.  
E-mail: rsantos@letras.ufg.br

Na longa confissão com que Riobaldo recompõe as memórias de suas vivências, podemos acompanhar as sucessivas transformações que marcam os extremos de sua travessia pelos sertões: quando criança, pena toda sorte de misérias ao lado da mãe, para depois, ao lado do suposto pai, conhecer as “lordezas” de uma vida farta; como o jovem chefe-jagunço, divide-se entre o desejo de viver uma paixão proibida e o dever de comandar uma terrível guerra que, em nome desse amor, deve vencer a qualquer custo; na velhice, já há muito retirado da vida jagunça e estabelecido como grande proprietário de terras, entrega-se ao “gosto de especular ideias”, remexendo o vivido em busca do sentido. Todos esses reveses são, para ele, motivos para reflexão. Cada um deles guarda parte do sentido de sua estória. Contá-la, portanto, é o exercício paciente de costurar essas partes a fim de trazer à superfície a figura perplexa do seu próprio ser.

O enfrentamento do passado em busca dos sentidos ainda não alcançados no presente é denunciador de um espírito inquieto, que não se permite simplesmente aceitar os reveses da vida sem cobrar deles uma lição que contribua para a experiência maior da vida humana: o conhecimento. Em busca do conhecimento de si mesmo e do sentido da vida humana é que Riobaldo se impõe a tarefa de reviver os fatos retidos em sua memória. Na longa e tumultuada travessia do jovem jagunço Riobaldo, o velho fazendeiro narrador procura os fios que o conduzirão ao almejado esclarecimento.

Em cada momento de sua vida, porém, ele sente que lhe falta ou sobra algo que não o deixa ser, de fato, o que deveria estar sendo. Por conta dessa falta ou excesso é que busca os pactos, na tentativa de se equilibrar entre as forças contrárias para as quais se vê atraído. Assim, o pacto com o diabo, essencial para a temática explorada na estória, não é o único que Riobaldo assina. Antecedendo-o e preparando-o, há o pacto com a terra, condição indispensável para a vida no sertão, e o pacto com os homens da terra, tentativa de assegurar, pela união, a independência e a liberdade possíveis num meio em que a marginalidade favorece e estimula a prática da violência como regra de sobrevivência.

Ainda menino, quando foge da casa de seu padrinho, Riobaldo inicia o enfrentamento do medo e da insegurança, companheiros constantes de sua travessia. Ao se tornar jagunço viverá inúmeras situações que o levarão a duvidar de sua coragem. Aliás, não é por outra razão que

sempre cultuará a figura de Zé Bebelo como um modelo a ser seguido. Dele inveja a coragem e a certeza, que em si sempre vacilaram. Na cena de seu julgamento, Riobaldo admira-lhe o destemor e a altivez com que enfrenta todos os maiores chefes jagunços, mesmo estando em situação de incontestável desvantagem. É naquele momento que se lhe acentua a percepção do poder que emana desses chefes e da grande vantagem em que se colocam aqueles que o detêm num meio tão hostil à vida humana. Ao ver a jagunçada toda reunida, centenas de brabos jagunços obedecendo a um só homem, acende-se-lhe a ambição de ter mão nesse poder. Vejamos:

Joca Ramiro tinha poder sobre eles. Joca Ramiro era quem dispunha. Bastava vozear curto e mandar. Ou fazer aquele bom sorriso, debaixo dos bigodes, e falar, como falava constante, com um modo manso muito proveitoso: “Meus meninos... Meus filhos...”. (ROSA, 1986, p. 227)

A cena do julgamento de Zé Bebelo é um momento revelador da organização peculiar em que se assenta a sociedade jagunça. Momento grandioso da regência mestra de Rosa, nele é possível perceber claramente as leis forjadas pelos antigos costumes sertanejos. De repente, os grandes vazios são tomados por centenas de cavaleiros que se movimentam, ansiosos, à espera do grande acontecimento. José Bebelo é o réu, inimigo comum; Joca Ramiro, o juiz, grande pai de todos; os chefes menores, os jurados, comandantes de grandes rebanhos humanos, os braços-armados que garantem a (des)ordem no sertão. Esta a composição da justiça local. Abre-se, assim, o tribunal sertanejo, em sessão solene que julga em causa própria, em defesa da autoforjada segurança.

O confronto entre Joca Ramiro e Zé Bebelo revela o conflito entre o antigo e o novo, pondo em lados opostos a “Lei” que é reconhecida pelos sertanejos e a “lei” em que se apoia o projeto civilizador de Zé Bebelo. Ao planejar acabar com os jagunços e arrancar o sertão do atraso em que se fechou, Zé Bebelo é renegado como traidor e temido como ameaça à única organização possível para a manutenção da ordem local. Entre a teoria que sustenta seus planos de “modernização” e sua efetiva ação, insurge o sertão bruto, respondendo com seus urros, provando que

“uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias” (ROSA, 1986, p. 8).

Essa batalha entre o antigo e o novo, sugerida nas acusações dos chefes jagunços e nas defesas perspicazes do acusado, reflete um problema histórico cuja origem está na formação mesma do Brasil. Desde o início, por todas as bases em que se assentou nosso processo de colonização, a descontinuidade entre as regiões do extenso país foi uma consequência natural. Enquanto no litoral se formava um Brasil aos moldes da civilização europeia, no interior do país se fortalecia uma forma marginal de organização, endurecida pelas adversidades impostas pelo meio físico, distante das influências estrangeiras e ignorada pelo próprio país a que pertence. O choque entre uma e outra dessas sociedades era inevitável e abriria um fosso que dividiria o país em litoral e sertão. A partir dessa divisão é que se pode compreender por que, nas falas dos chefes jagunços, a maior acusação de que Zé Bebelo deve se defender seja, exatamente, a de ter tentado interferir nas regras, nos usos e costumes da fechada organização social sertaneja. A agravante, segundo os chefes jagunços, é o fato de que o acusado, embora também um sertanejo, desconheça a realidade do sertão e, apoiado em leis estranhas à sua sociedade, ponha em risco a ordem possível ao seu meio. Atentemos para as falas iniciais do grande chefe Joca Ramiro, o juiz da causa:

– Adianta querer saber muita coisa? O senhor sabia, lá para cima – me disseram. Mas, de repente, chegou neste sertão, viu tudo diverso diferente, o que nunca tinha visto. Sabença aprendida não adiantou para nada... Serviu algum? [...] O senhor veio querendo desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei... (ROSA, 1986, p. 226-227)

Mais adiante, quando a palavra é dada aos outros chefes, é a vez de Hermógenes falar pelo sertão. Para ele, Zé Bebelo merece a morte, por agir em nome de um governo que ignora o sertão e seu povo. Em sua veemente acusação, podemos sentir o desprezo por um poder distante, que primeiro abandona o povo sertanejo à própria sorte e depois se arroga o direito de intervir pela força, em nome de uma ordem e de uma lei que para eles não fazem o menor sentido. Na acusação de Hermógenes, a defesa dos velhos costumes:

– Cachorro que é, bom para a forca. O tanto que ninguém não provocou, não era inimigo nosso, não se buliu com ele. Assaz que veio, por si, para matar, para arrasar, com sobejidão de cacundeiros. Dele é este Norte? Veio a pago do governo. Mais cachorro que os soldados mesmos... Merece ter vida não. Acuso é isto, acusação de morte. O diacho, cão! (ROSA, 1986, p. 229).

A Riobaldo, o fino “rastreador de ideias”, não passam despercebidas as diferenças nos modos de falar desses dois chefes. Atento às leis particulares que sustentam a organização da sociedade jagunça, ele intui na fala comedida do chefe maior uma autoridade ordenadora que se opõe e se sobrepõe à virulência desabrida de Hermógenes, pondo em relevo a grandeza e a força do primeiro e confirmando no segundo o caráter grotesco e primitivo que lhe provoca tanta repugnância. Cabe aqui lembrar as palavras de Rosenfield (2006, p. 228), ao analisar a natureza do mal em Hermógenes:

Para além do nome, o que distingue Hermógenes de Joca Ramiro é uma gama de gestos, movimentos e palavras: as palavras comedidas de Joca Ramiro encontram apenas urros desarticulados por parte de Hermógenes, o rosto regular e sereno de um encontra na mímica distorcida do outro seu reflexo negativo, aos movimentos graves e imponentes do grande chefe correspondem um desparar espasmódico e um rastejar irregular de seu “segundo”.

É interessante observar nas falas dos chefes dos bandos, divididos entre a acusação e a defesa do réu, o papel que cabe a cada um dentro dessa peculiar sociedade, a dos jagunços e coronéis. O teor das falas revela ou a inconsciência ou o comprometimento dos jagunços em relação ao seu próprio papel dentro dessa ordem. Assim, nas falas de “sô” Candelário e de cabo Titão Passos, chefes de alto prestígio, porém de médias patentes, podemos perceber certa inocência a respeito do papel de sustentação de um poder paralelo que os jagunços representam. A consequência disso é uma visão meio idealizada da vida jagunça. Para eles, o acusado merece absolvição porque possui as mesmas qualidades exigidas pelos bravos homens jagunços: a coragem e a disposição para a guerra. Ouçamos a defesa do chefe Candelário:

– Crime?... Crime não vejo. É o que acho, por mim é o que declaro: com a opinião dos outros não me assopro. Que crime? Veio guerrear, como nós também. Perdeu, pronto! A gente não é jagunço? A pois: jagunço com jagunço – aos peitos, papos. Isso é crime? Perdeu, rachou feito um umbuzeiro que boi comeu por metade... Mas brigou valente, mereceu... Crime, que sei, é fazer traição, ser ladrão de cavalos ou de gado... não cumprir a palavra... (ROSA, 1986, p. 232)

Na conclusão da fala rude e sincera do chefe, evidenciam-se as leis que se constituem no código de honra da conduta de um jagunço. Essas as leis que eles reconhecem e respeitam, não as que vêm de um governo distante, abstração encarnada pelo projeto de Zé Bebelo. As leis pelas quais os jagunços se guiam são normas que nascem da necessidade, da observação dos costumes e da dura realidade sertaneja. Limpar o sertão da jagunçagem é o que a lei oficial propõe; defender os costumes que garantem a ordem possível no sertão é o que os jagunços respondem. Vejamos a defesa do chefe Titão Passos:

– O que eu acho é que é o seguinte: que este homem não tem crime constável. Pode ter crime para o Governo, para o delegado e juiz-de-direito, para tenente de soldados. Mas a gente é sertanejos, ou não é sertanejos? Ele quis vir guerrear, veio – achou guerreiros! Nós não somos gente de guerra? Agora, ele escopou e perdeu, está aqui, debaixo de julgamento. A bem, se, na hora, a quente a gente tivesse falado fogo nele, e matado, aí estava certo, estava feito. Mas o refrego de tudo já passou. Então, isto aqui é matadouro ou talho?... Ah, eu não. Matar, não. Suas licenças... (ROSA, 1986, p. 234-235)

Se para esses conceituados chefes a coragem de Zé Bebelo deve ser reconhecida e respeitada, para os chefes de maior patente o acusado deve ser combatido como ameaça real ao poder paralelo do qual eles são parte interessada. E aqui já não estamos mais falando de idealização da vida jagunça, mas de uma visão consciente da utilidade da desordem no que ela representa de vantagens materiais aos que a manipulam. Prova cabal dessa consciência é a fala do chefe Ricardão, definido pelo arguto observador Riobaldo como “o famoso Ricardão, amigo acorçoado de importantes políticos e dono de muitas posses” (ROSA, 1986, p. 232-233)

Quando exige a condenação de Zé Bebelo, Ricardão não se deixa dominar por sentimentos pessoais, como o ódio em Hermógenes; tampouco se apoia na defesa dos usos e costumes que norteiam a vida no sertão. Sua fala é lógica, calculada, precisa, e tem um único fim: a defesa da manutenção de um sobregoverno do qual é parte ativa e interessada. O que ele faz questão de frisar é o compromisso que eles, os chefes jagunços, têm com os coronéis que controlam a política local. Analisemos seu arrazoado:

– [...] Lei de jagunço é o momento, o menos luxos. Relembro também que a responsabilidade nossa está valendo: respeitante ao seo Sul de Oliveira, doutor Mirabô de Melo, o velho Nico Eustáquio, compadre Nhô Lajes e coronel Caetano Cordeiro... Esses estão aguentando acossamento do governo, tiveram de sair de suas terras e fazendas, no que produziram uma grande quebra, vai tudo na mesma desordem... a pois, em nome deles, mesmo, eu sou desse parecer. A condena seja: sem tardança! Zé Bebelo, mesmo zureta, sem responsabilidade nenhuma, verte pomba, perigoso. A condena que vale, legal, é um tiro de arma. Aqui, chefe – eu voto! (ROSA, 1986, p. 233-234)

As palavras com que o acusado se defende justificam a grande admiração que Riobaldo sente por ele. Homem de toda coragem, motivo por que conquista o respeito da maioria dos jagunços e o medo do restante, Zé Bebelo se destaca também por uma visão mais ampla da realidade do sertão. Quando guerreira não o faz como braços de armas apenas, tampouco como defensor ingênuo dos interesses dos que governam o sertão; não é o serviçal ignorante das tramoias do poder no sertão, nem o guerreiro sonhador. Zé Bebelo luta pela possibilidade real de um sertão livre do abandono, da ignorância e do isolamento de que é vítima. Como jagunço ou como aspirante a deputado, seu ideal é a integração do sertão ao Brasil; sua luta é contra o isolamento e o atraso; seu desejo é “vencer o sertão por dentro”. Ouçamos sua defesa:

– [...] Agradeço os que por mim bem falaram e puniram... Vou depor. Vim para o Norte, pois vim, com guerra e gastos, à frente de meus homens, minha guerra... [...]. Tenho nada ou pouco com o Governo, não nasci gostando de soldados... Coisa que eu queria era proclamar outro governo, mas com a ajuda, depois, de vós, também... Ah, este

Norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, a alegria nacional! [...] A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro... Agora perdi. Estou preso. Mudei para adiante. [...]. Não devia de ter querido contra Joca Ramiro dar combate, não devia-de. Não confesso culpa nem retrauta, porque minha regra é: tudo que fiz valeu por bem feito. É meu consueto. Mas hoje sei: não devia-de. (ROSA, 1986, p. 242-243)

A reafirmação do próprio erro indica, além da esperteza de quem fala em situação desfavorável, a consciência de que a batalha foi perdida pela escolha errada das estratégias. Zé Bebelo percebe que seus planos falharam porque ele não compreendia de fato a realidade do meio que queria ver transformado e, com sua natural astúcia, percebe que seu maior erro foi subestimar um terrível adversário: o próprio sertão. Riobaldo, finório rastreador de ideias, cedo intui a regra mestra de sobrevivência neste mundo hostil:

Rebulir com o sertão, como dono? Mas o sertão era para, aos poucos e poucos, se ir obedecendo a ele; não era para a força se compor. Todos que malmontam no sertão só alcançam de reger em rédea por uns trechos; que sorrateiro o sertão vai virando tigre debaixo da sela. Eu sabia, eu via. (ROSA, 1986, p. 329)

O episódio do julgamento será sempre lembrado por Riobaldo. É a partir desse acontecimento que se inicia nele o longo processo de conhecimento da organização e funcionamento de seu fechado mundo. A expulsão de Zé Bebelo, exilado após a sentença de Joca Ramiro, mina a fé de Riobaldo num concerto possível para esse mundo. Os projetos audaciosos de seu ex-aluno, sua confiança e capacidade para as rápidas ações tinham-lhe acenado com uma espécie de luz possível de alumiar os escuros recantos do sertão. Ao perdê-lo de vista, pressente “as coisas terríveis” que viriam depois:

Zé Bebelo ido, sei lá bem porque, tirava meu poder de pensar com a ideia em ordem, [...]. Só o que me consolava era ter havido aquele julgamento, com a vida e a fama de Zé Bebelo autorizadas. O julgamento? Digo: aquilo para mim foi coisa séria de importante.[...]. – O que nem foi julgamento legítimo nenhum: só uma extração estúrdia e destrambelhada, doideira acontecida sem senso, neste

meio de sertão... – o senhor dirá. Pois: por isso mesmo. Zé Bebelo não era réu no real! Ah, mas, no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo! Daquela hora em diante, eu cri em Joca Ramiro. Por causa de Zé Bebelo. (ROSA, 1986, p. 248)

A Riobaldo não passa despercebida a inversão de valores que informa a ordem no seu meio: O “réu no real” é que julga, ao passo que Zé Bebelo, o homem que queria limpar o sertão da jagunçada braba, acabar com a pobreza e estrear mil escolas no sertão, é condenado. Diante da força dos costumes da terra, Riobaldo passa a crer no poder de quem os reconhece, segue e defende. A derrota de Zé Bebelo lhe dá uma amostra exemplar da hostilidade dos jagunços em relação a tudo que ameaça invadir sua fechada realidade. Buscando uma brecha por onde as luzes da civilização pudessem penetrar o seu distante e esquecido mundo, Zé Bebelo atrai para si a ira dos que defendem a manutenção da (des)ordem no sertão. A ordem que ele pretende instituir, contrária aos interesses dos jagunços e estranha às antigas leis por eles aceitas e defendidas, faz dele o inimigo a ser combatido a bem da preservação da antiga ordem. Odiado pelos defensores mais ferrenhos do arcaico mundo sertanejo, Zé Bebelo é uma figura que,

na verdade, não pertence ao mundo mais arcaico dos demais chefes, situando-se quanto a isto no extremo oposto ao Hermógenes, conforme, aliás, o acusam no momento literariamente extraordinário em que é julgado em pleno sertão. A norma civilizada que ele procura introduzir no sertão revela o modelo modernizante que encarna, ocupando constantemente a imaginação de Riobaldo, que o livra da morte e sempre o tem na maior conta, escapando graças a ele, no final, da desorientação em que se mete depois da morte de Diadorim. (ARRIGUCCI JR., 1995, p. 459)

Por todas as qualidades que possui, Zé Bebelo será sempre merecedor da admiração de Riobaldo. A inteligência do aluno, a altivez do réu no episódio do julgamento, a coragem e esperteza do chefe na peleja pela vingança de Joca Ramiro e mesmo as “bizarrias” do homem inquieto, idealizador, que sonhava com um sertão transformado, todos esses traços despertam e cultivam em Riobaldo o respeito por Zé

Bebelo. Ao afirmar que, por causa dele, crera em Joca Ramiro, Riobaldo confessa a importância dessa figura no seu processo de conhecimento das leis que organizam a sociedade formada pelos coronéis e jagunços. O julgamento e a sentença alertam-no para a força que emana do meio, norteando seus costumes, forjando suas leis. Atento a essa força, Riobaldo percebe o perigo de viver à sua mercê, sem ter mão firme nas rédeas do próprio destino. A expulsão de Zé Bebelo faz que ele tema pela própria sorte:

Eu tinha vindo para ali, para o sertão do Norte, como todos uma hora vêm. Eu tinha vindo quase sem mesmo notar que vinha – mas presado, precisão de agenciar um resto melhor para a minha vida. Agora me expulsassem? Do jeito, isto é, tinham repellido para trás Zé Bebelo. Não me esqueci daquelas palavras dele: que agora era “o mundo à revelia...” (ROSA, 1986, p. 247).

E se o mundo é à revelia, convém que cada um se agarre como puder à vida. É no palco dessa luta pela sobrevivência que duas forças contrárias, Deus e o diabo, ganham especial relevo no sertão rosiano. O medo, sentimento próprio da condição humana, tem, na hostil realidade que predomina no sertão, um terreno propício para crescer e tornar-se força capaz de dominar até mesmo os destemidos jagunços. Como se não bastassem os problemas reais a serem enfrentados numa terra relegada ao abandono, multiplicam-se outros, criados pela fértil imaginação de seus habitantes e alimentados por seu medo do sobrenatural. Ciente disso, o velho Riobaldo previne seu ouvinte, que é de fora, sobre as bizarras estórias que ouvirá em suas andanças pelo sertão. Porém ele também é um sertanejo, e não pode sê-lo impunemente. Por isso, apesar de reconhecer os excessos de imaginação das gentes sertanejas, não está imune às influências exercidas pelos mistérios de seu mundo. Começa sua estória dizendo que não vai falar do demo, mas durante toda a narração mantém viva sua presença e o medo que ela lhe inspira. Para livrar-se desse medo e da insegurança que o ameaça constantemente, ele busca no diabo o aliado que o ajudará a conquistar o direito de ser dono definitivo de si.

O modo enfático pelo qual sentimentos como a fé em Deus e o medo do diabo se manifestam no sertão encontra explicação em

causas naturais, justificáveis no processo de formação das sociedades sertanejas. Analisando aspectos característicos da formação dessas sociedades, Galvão (1972) vai buscar na História as causas de seu isolamento e, voltando à época da colonização, explica a vastidão dos espaços, a escassez do elemento humano e o jaguncismo como resultados de uma política de exploração que visava às áreas litorâneas para produção mais imediata de produtos destinados ao enriquecimento da coroa portuguesa. Com isso, atividades de apoio aos interesses imediatos dos exploradores, como a criação de gado, foram empurradas para o interior, atendendo ainda à necessidade de ocupação e defesa dos espaços interiores do Brasil. Esses espaços, a princípio desprezados pelo colonizador europeu e mais tarde ignorados pelo país a que pertencem, fecharam-se, tornando-se indecifráveis e indevassáveis para os que os ignoraram por tanto tempo. Fechado em seus costumes, empurrado para as margens da História, perdido no tempo, esse meio marginalizado tornou-se terreno ideal para a formação de sociedades cujas leis nascem dos costumes e se sustentam na prática da violência. Em lugares assim, onde a vida é constantemente ameaçada, a fé e a esperança adquirem relevo especial para os que lutam pela sobrevivência. E se Deus é a luz que acena de longe com a esperança, o diabo é a ameaça que ronda bem perto, “formando presença” na desordem constante do sertão.

Para Riobaldo, um atento observador, não custa perceber o perigo de viver à mercê do destino nesse mundo que é constante desordem. Por essa percepção, e o medo que ela lhe causa, é que firma os pactos, buscando neles as saídas possíveis para escapar às pressões do meio hostil. Ao longo de sua travessia, vai-se apurando a compreensão de que lutar com as armas legitimadas pelo próprio meio é a única maneira de vencer suas adversidades. Por isso, o primeiro pacto que firma é com o próprio sertão. Ao se tornar jagunço, converte-se numa espécie de guardião dos costumes e das leis que mantêm a ordem no seu mundo, ou, em outras palavras, rende-se à força do meio. Aprendida a lição de que não se pode comandar o sertão nem se opor à sua força, Riobaldo alia-se a ele, para a ele e nele sobreviver.

Na representação desse pacto do sertanejo com o sertão, cabe ressaltar a genialidade de Guimarães Rosa na escolha de seu narrador, o jagunço Riobaldo, voz que brota dos ocos do sertão para revelar ao leitor um mundo onde a violência é regra básica de sobrevivência. Como

estratégia de verossimilhança, não poderia haver escolha mais acertada, afinal é a fala caudalosa de um sertanejo, embalada pelas memórias de suas experiências vividas na grande travessia, que nos apresenta os costumes e as leis organizadores e mantenedores da vida no seu inóspito meio. Ao analisar esse artifício no romance de Rosa, Candido (1995, p. 175) afirma:

Do ângulo do estilo, ser jagunço e ver como jagunço constitui, portanto, uma espécie de subterfúgio, ou de malícia do romancista. Subterfúgio para esclarecer o mundo brutal do sertão através da consciência dos próprios agentes da brutalidade; malícia que estabelece um compromisso e quase uma cumplicidade, segundo a qual o leitor esposa a visão do jagunço, porque ela oferece uma chave adequada para entrar no mundo do sertão.

Vivendo como jagunço, parte e, portanto, testemunha da brutalidade e da violência no sertão, Riobaldo aprende que os jagunços só assumem alguma representatividade se considerados em sua coletividade. Sua força, ele percebe, está no número de braços armados que representam; sua serventia, na capacidade de defender os costumes da terra; seu orgulho, na falsa ilusão de respeito e liberdade que acreditam garantir com suas armas. Por testemunhar isso na prática da vida jagunça é que Riobaldo busca o seu segundo pacto, aliando-se aos brabos guardiões do sertão. É assim que conquista mais um degrau para alcançar a condição que almeja, afinal são eles, os jagunços, que garantem a manutenção do poder que rege o sertão.

O terceiro pacto é consequência natural da trajetória do jagunço Riobaldo rumo ao poder possível no sertão. O trato com o diabo dará a última e definitiva blindagem à armadura que fará invisíveis todas as tibiezas de seu caráter. A crença no acordo firmado faz que seu medo e insegurança sejam dominados, capacitando-o, finalmente, a tomar para si a responsabilidade das grandes decisões, assumindo a chefia do bando e conduzindo os valentes companheiros na batalha final contra os traidores que assassinaram Joca Ramiro. Mas... com isso vence Riobaldo, ou terá vencido nele o chamado imperioso do sertão, a que ele tanto resistiu e pelo qual, no entanto, sempre se sentiu seduzido?

A primeira vez que Riobaldo ouve esse chamado ele é ainda um rapazote, mas o sertão já o faz sentir a força de seu magnetismo. Ao

guiar um bando de jagunços liderados por Joca Ramiro a um pouso cedido por seu padrinho Selorico Mendes, Riobaldo sente a aura de poder de que se reveste a presença de tantos cavaleiros armados e não deixa de intuir a utilidade dos jagunços na rudimentar organização social que se constitui no sertão:

Certa madrugada, os cachorros todos latiram, no São Gregório, alguém estava batendo. Era mês de maio, em má lua, o frio fiava. [...] Ali entraram com uma aragem que me deu susto de possível rebordosa. Admirei: tantas armas. Mas eles não eram caçadores. Ao que farejei: pé de guerra. [...] Tinham encomendado o auxílio amigo dos jagunços, por uma questão política, logo entendi. (ROSA, 1986, p. 97-98)

Ao narrar o desfecho desse seu primeiro contato com um bando jagunço, Riobaldo confessa a impressão que lhe ficara registrada:

[...]. O que eu guardo no giro da memória é aquela madrugada dobrada inteira: os cavaleiros no sombrio amontoados, feito bichos e árvores, o refinim do orvalho, a estrela-d'alva, os grilinhos do campo, o pisar dos cavalos e a canção de Siruiz. Algum significado isso tem? (ROSA, 1986, p. 103)

Desde então, grava-se-lhe no espírito essa dupla impressão: uma imagem poética, idealizada, e uma imagem prática, arrazoada, da vida jagunça. À pergunta pelo significado de tantas sensações desconstruídas só o tempo responderia. Muitos anos mais tarde, quando reencontra o mesmo bando, Riobaldo sente falta da magia que impregnara aquele primeiro encontro e ficara para sempre guardada nos ecos da canção entoada por um jagunço chamado Siruiz. Essa visão idealizada da vida jagunça se perderia rapidamente na vivência do dia a dia do bando.

A aversão que Riobaldo demonstra sentir pelos costumes brutais dos jagunços não é, no entanto, motivo para que ele se afaste do bando. Embora chegue a planejar sua deserção algumas vezes, não o faz. Presente, de algum modo, a vantagem de se manter no grupo, cuja força provém do quantitativo que o compõe. Desde aquela madrugada que guarda na memória, o que o fascina é o poder que emana do tropel

de tantos cavalos comandados por centenas de homens armados, destemidos e resolutos. É por essa percepção de um valor que não emana do indivíduo, mas sim do grupo, que Riobaldo compreende a necessidade da união entre os jagunços. A consciência desse poder coletivo é que o leva a fechar com eles o segundo pacto.

Há inúmeras passagens na estória que comprovam a consciência dessa força legitimada pela união. Há mesmo uma espécie de culto à identidade grupal, orgulho possível aos jagunços, que, só assim, vistos a partir de sua coletividade, conseguem se sentir acima da situação miserável que os caracteriza como indivíduos. Na sucessão de chefias pela qual passa o bando do qual Riobaldo é parte, mantém e apura-se nos jagunços a intuição de que sua força está na união. Cada um dos chefes vive e assume, orgulhosamente, o dever de cultivar no grupo esse sentimento de poder coletivo, assim como cada comandado se orgulha do chefe que os mantém unidos.

Quanto maior o número de homens que compõem um bando, maior o número de braços armados. No sertão bruto, onde as leis são mantidas pela força, os jagunços são a garantia de que os chefes políticos locais necessitam para a execução dos seus (des)mandos. Por perceber o funcionamento dessa lógica singular, Riobaldo se conscientiza de que é preciso ascender a uma posição de destaque na hierarquia do bando, conquistando assim um valor que o faça ser visto acima do grupo a que pertence: não apenas como mais um entre os homens valentes, mas como o mais valente de todos, alguém que pela coragem “inteirada” seja reconhecido como um líder natural, o guia que conduzirá o bando à vitória final contra os inimigos. Em troca dessa coragem “inteirada” é que Riobaldo buscará o terceiro e definitivo pacto. Ao firmar o trato com o diabo, ele conquista um lugar de prestígio no grupo e adquire confiança em si mesmo para tomar as rédeas de seu destino.

Desde o momento de seu ingresso na vida jagunça, Riobaldo percebe o valor da coragem para a sobrevivência e afirmação nesse modo de vida, e, porque duvida sempre da sua, inveja a determinação, mesmo irrefletida, que norteia as ações dos jagunços. A ideia do pacto surge então como um modo de vencer o medo e a insegurança, e vai se fortalecendo à medida que ele se conscientiza de que deve buscar nas forças reconhecidas pelo próprio meio as armas que o capacitarão a vencer suas limitações. O instrumento que transforma a ideia em ação é

Hermógenes, o outro pactário da estória. A primeira vez que Riobaldo ouve a estória do pacto entre Hermógenes e o diabo ele está às portas do Liso do Suçuarão, território do mistério que é preciso transpor para cumprir a vingança contra os Judas. Ao perguntar a um companheiro o motivo de os soldados não lhes darem trégua e ignorarem os inimigos, ouve com assombro a resposta: “se diz que eles têm uma proteção preta... [...]. O Hermógenes fez o pau. É o demônio rabudo que pune por ele...”. E, ao se lembrar disso, analisa o efeito do que ouviu: “pela fraqueza do meu medo e pela força do meu ódio, acho que eu fui o primeiro que cri” (ROSA, 1986, p. 53). O ódio aos inimigos e a vontade de vencer os próprios medos não são, no entanto, as únicas motivações de Riobaldo. É também em nome de uma crescente ambição de poder que ele busca no diabo um aliado. Sua confissão:

Eu queria ser mais do que eu. Ah, eu queria, eu podia. Carecia. “Deus ou o demo?” – sofri um velho pensar.[...]. E em troca eu cedia às aras, tudo meu, tudo o mais – alma e palma, e desalma... Deus e o Demo! – “Acabar com o Hermógenes! Reduzir aquele homem!...” –; e isso figurei mais por precisar de firmar o espírito em alguma razão. Do Hermógenes, mesmo, existido, eu mero me lembrava – feito ele fosse para mim uma criancinha mijona, em seus despropósitos, a formiguinha passeando diante da gente – entre o pé e o pisado. (ROSA, 1986, p. 370)

Deus ou o diabo? Riobaldo não dispensa nenhuma dessas forças, agarra-se às duas para conquistar o domínio definitivo de si. Fechado o trato com o demo, ele ressurgiu transformado aos olhos de seus companheiros de bando; alçado à condição de chefe dos jagunços, sente-se apto a realizar seu projeto de vingança contra os assassinos de Joca Ramiro. Candido (1991, p. 304) lembra:

Esta transformação, este ingresso numa certa ordem de ferocidade adequada à vitória que pretende obter sobre o mal (Hermógenes), através do mal (o pacto), é completada por outros sinais de caráter mágico, como a adoção do nome de guerra que Zé Bebelo lhe pusera vagamente, e quase por pilhéria, mas que agora é assumido no significado pleno: Urutu Branco.

Para um novo ser, um novo nome. É como o chefe Urutu Branco que Riobaldo realiza a prova definitiva de sua transformação: a segunda travessia do Liso do Suçuarão. Mas, antes, houve uma primeira tentativa, sob o comando de Medeiro Vaz. Nas duas vezes, o objetivo é o mesmo: surpreender o bando dos Judas, os assassinos do chefe Joca Ramiro. Quem comanda o bando dos inimigos é Hermógenes, o pactário. Na primeira tentativa, o mistério e o horror imperam do começo ao fracassado fim. Há sede, fome, mortes, enfim, há a presença de tudo quanto é adverso à vida. Durante essa jornada pelo “escampo dos infernos”, Riobaldo sente todas as mazelas como sinais de coisas piores que estão por vir e que ele não consegue nomear. Ao medo, companheiro constante, credita o desconforto e o desassossego que pesam em seu ser, e põe à conta de sua mania de querer entender a fundo o significado de todas as coisas a estranha sensação que o acompanha por todo o misterioso percurso.

Já na posse plena de si mesmo, Riobaldo, o chefe jagunço Urutu Branco, empreende a segunda travessia do Liso do Suçuarão. Conhecedor dos perigos dessa jornada, ele testa os poderes que o pacto lhe teria conferido. Dessa vez, livre do medo, o lugar não se lhe apresenta mais ameaçador do que realmente era:

A fortes braços de anjos sojigado. O digo? Os outros, a em passo em passo, usufruíam quinhão da minha andraja coragem. Rasgamos sertão. Só o real. Se passou como se passou, nem refiro que fosse difícil; essa vez não podia ser! Sobrelégios? Tudo ajudou a gente, o caminho mesmo se economizava. As estrelas pareciam muito quentes. Nos nove dias atravessamos. (ROSA, 1986, p. 448)

Sobrelégios? O Riobaldo que empreende a segunda travessia do Liso do Suçuarão, e triunfa onde fracassara outro valoroso guerreiro, é realmente outro. Para sobreviver à violência e à desordem de seu mundo, ele assinou todos os pactos possíveis: rendeu-se à força que provém dos costumes do sertão, uniu-se aos jagunços, aliou-se ao diabo. Transformou-se. E os sinais de sua transformação não se veem apenas na condição e no nome de chefe-jagunço-pactário Urutu Branco. Por baixo da armadura que lhe confere essa nova forma, há mesmo um novo Riobaldo: um sertanejo que aprendeu, na observação e na prática, a reconhecer e a trilhar as estreitas veredas que garantem a vida no grande sertão.

ABSTRACT

This article analyses two episodes from the novel *Grande sertão: Veredas*, written by João Guimarães Rosa: Zé Bebelo's judgment and the pact made by Riobaldo. In the first episode, one examines the peculiar society constituted in the "sertão" by "coronéis" and "jagunços"; in the second one, the notion of pact is broadened beyond the symbolic deal made with the devil, showing its development as strategies of survival in an environment in which the apparent disorder reveals itself as the essence of the order devised and kept by violence.

KEY WORDS: sertão, violence, pact, survival.

---

REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI JR., Davi. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura: vanguarda e modernidade*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. v. 3, p. 447-477.

CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Guimarães Rosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. v. 6, p. 294-309. (Coleção Fortuna Crítica).

CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 147-179.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 36. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSENFELD, Kathrin Holtermayer. *Desenveredando Rosa: a obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.